



Gilberto Jasper

O maior desafio da vida

Perdi a conta de quantas vezes já escrevi sobre o maior desafio que alguém pode enfrentar na vida: criar filhos. Mesmo com filhos adultos continuo preocupado com o bem-estar deles. Ainda sinto necessidade de contactá-los todos os dias, ao menos uma vez, para ver como estão. Existem inúmeras alternativas para manter contato. Sessentão, lembro quando a única ferramenta era o telefone. Hoje, o celular existe, inclusive, para fazer contato verbal, mas é preciso enviar a mensagem: “Posso te ligar?”.

O celular permite acesso a informa-

ções jamais imaginadas, mas faculta o acesso de conteúdos nocivos a crianças e adolescentes.

Não bastasse o risco de informações prejudiciais acessados pelos filhos, o noticiário é pródigo na veiculação de péssimos exemplos de gente que deveriam servir de modelo. Políticos, magistrados, empresários, religiosos e líderes de todos os segmentos protagonizam episódios dantescos em termos éticos.

Parece que tudo está contaminado pela corrupção, turbinada pela ganância e busca frenética de celebridade. Se as redes sociais permitem conhe-

Jornalista
gilbertojasper@gmail.com

cer escândalos omitidos pela grande mídia — a publicidade oficial ofusca o verdadeiro jornalismo — também é verdade que a Internet espalha lixo 24 horas por dia.

Dotar os filhos de discernimento para separar conteúdos é desafio para os pais e não depende apenas do contato próximo. É preciso conhecimento tecnológico básico para controlar o acesso deles à Internet. Ainda é preciso conhecer os amigos e colegas da gurizada, decorar seus nomes e atentar para mudanças de comportamento. Quanto ao noticiário, os escândalos não param.

Publicitária
suzanakunz.1958@gmail.com



Suzana Kunz

Reencontros

Sábado, meio-dia, Capão da Canoa e eu sentada sob o guarda-sol, lendo *O Incidente em Antares*. Eis que ergo o olhar e vejo um menino por volta de seus três anos, a cerca de um metro do nosso guarda-sol. Cabelos lisos e castanhos refletiam dourados solares nos fios que escapavam sob o boné vermelho. Seus olhos redondos, também castanhos, adornados por longos cílios escuros, piscavam com frequência, inseguros. A cabecinha girava de um lado ao outro procurando um alvo conhecido. Cansado, abaixou-se e largou sobre a areia o baldezinho ama-

relo que tinha em uma das mãos. Ergueu-se e, ao ensaiar um choro, veio ao seu encontro uma jovem que se curvou e lhe perguntou o nome. — Henrique, disse o menino. — Tu tá perdido? perguntou ela. — Tô procurando minha mãe... respondeu, arregalando ainda mais os olhos. Então a jovem abaixou-se à altura dele, ofereceu-lhe a mão e falou, suavemente: — Deixa que eu te levo até o salva-vidas. Ele vai te ajudar a encontrar tua mãe. E lá se foram de mãos dadas. Poucos minutos depois vejo-o no colo da mãe que caminhava lacrimante.

Um fato simples, corriqueiro à beira-mar pode, no entanto, tornar-se um verdadeiro incidente para quem o sente na própria pele — aqueles que marcam fundo, ainda que durem poucos minutos. A vida nos coloca em situações em que somos como essa criança, perdidos sob o sol, piscando inseguros, procurando um rosto familiar. Outras vezes, somos quem se curva. E talvez seja isso que nos salve uns aos outros: pequenas gentilezas, uma mão estendida, um olhar de genuíno interesse. Simplicidades que podem devolver alguém ao colo do seu próprio mundo.

Presidente do PSD Canoas
celsopitol@hotmail.com



Celso Pitol

A importância dos partidos políticos

Os partidos políticos são um pilar da democracia. São essenciais para organizar as diferentes visões de sociedade, formular projetos de governo e canalizar as demandas da população. Contudo, a força dos partidos só se mantém caso eles cumpram seus objetivos. O mandato é um cargo de confiança pública, e não um salvo-conduto para objetivos privados. O candidato eleito deve, por isso, seguir a legislação brasileira e os estatutos partidários.

O parlamento é a casa da lei e dos debates políticos. Espera-se que seus

membros não apenas criem leis com sabedoria, mas também as respeitem e as cumpram. Um ator político que se coloca acima da lei reduz a fé no sistema.

Dentro desse quadro, deve-se destacar a importância da disciplina partidária. Votar em um candidato é, também, votar no projeto do partido ao qual ele está filiado. O respeito às regras e às decisões colegiadas fortalece os partidos, que não constituem um fim em si, mas um meio para servir ao interesse público. Quando uma orientação partidária é quebrada, a

agremiação como um todo é atingida. Assim, quem detém mandato deve defender a ordem jurídica, tanto no macro quanto no micro.

Em última análise, a democracia necessita de partidos que cumpram seu papel republicano e que seus representantes se coloquem como servidores da Constituição que juraram defender. É nesse equilíbrio que reside a saúde do Estado de Direito. Não existe uma democracia forte sem partidos políticos sólidos e sem líderes comprometidos com o futuro da sociedade.

Márcio Lüders

Advogado
marcioluders@gmail.com



Tarifa de importação e lei

A recente elevação das tarifas de importação pelo governo federal, embora inserida em política econômica de proteção à indústria nacional, também deve ser analisada sob o prisma jurídico e da segurança regulatória. Medidas que impactam diretamente o custo de produção e a competitividade das empresas exigem previsibilidade, transparência e observância rigorosa dos princípios constitucionais da legalidade, da livre iniciativa e da segurança jurídica.

Do ponto de vista legal, alterações tarifárias abruptas podem gerar desequilíbrios contratuais, sobretudo em contratos de fornecimento de longo prazo, importações programadas e operações industriais que dependem de insumos estrangeiros. Empresas que estruturaram seus custos com base em determinado regime tributário passam a enfrentar elevação inesperada de despesas, o

que pode ensejar revisões contratuais, readaptações comerciais e, em alguns casos, judicialização.

A Constituição Federal assegura a livre concorrência e a livre iniciativa como pilares da ordem econômica. Nesse contexto, qualquer política pública que aumente o chamado “Custo Brasil” deve ser acompanhada de fundamentação técnica e diálogo com os setores produtivos, evitando-se medidas que comprometam a competitividade sem a devida transição ou compensação.

Além disso, empresas afetadas podem buscar, dentro dos limites legais, instrumentos administrativos e judiciais para questionar excessos. Em um cenário econômico cada vez mais complexo, a intersecção entre economia e direito é inevitável. Mais do que números, decisões tarifárias exigem análise jurídica cuidadosa e planejamento empresarial sólido.

Deisi Schacht

servidora pública.
deissischacht@gmail.com



Até quando?

A violência contra a mulher é uma chaga ancestral na sociedade brasileira, que tem se manifestado de formas brutais e culminando em feminicídios, numa demonstração recorrente de ódio sem precedentes. E, tão perversa quanto a violência em si, é a cultura de transferir a responsabilidade do agressor para a mulher, não importando a história por trás do fato.

Casos recentes expõem a urgência de se desconstruir esses discursos de culpabilização e de se combater com veemência toda e qualquer violência de gênero. Itumbiara chocou o Brasil pelo caso do secretário de governo da cidade, que matou seus dois filhos, de 8 e 12 anos, e em seguida tirou a própria vida. A violência vicária — forma de agressão em que se atinge a mulher por meio de pessoas queridas, geralmente os filhos — foi acompanhada de uma carta deixada

pelo assassino. No documento, se vitimiza e culpa a esposa pela tragédia, alegando que a motivação era o desejo dela de separação.

A repercussão social foi imediata e cruel, e Sarah Araújo, que já enfrentava a dor indizível da perda dos filhos, tornou-se alvo dos “justiceiros da Internet” e precisou sair do velório antes do final da cerimônia, temendo por sua segurança. Este episódio ilustra de forma contundente como a sociedade, imersa no ódio sistemático à liberdade das mulheres, é capaz de condenar a vítima mesmo após a mais hedionda das violências.

Submissas, nos matam. Autônomas, nos matam. Se os rejeitamos, nos matam. Casamos, nos matam. Se paramos, nos matam (ou a nossos filhos). E a culpa é sempre nossa, mesmo se nada mais há a se alegar, porque, afinal, nós que os parimos. Até quando?

Eu, fotógrafo

Envie sua fotografia (preferencialmente horizontal) para vidareal@gruposinos.com.br



Hortênsia maravilhosa enfeitou o jardim, tornando a paisagem ainda mais bela.

Ivanir Heidrich
Igrejinha

Os artigos publicados nesta página são opiniões pessoais e de inteira responsabilidade de seus autores. Por razões de clareza ou espaço poderão ser publicados resumidamente, o tamanho é de até 1.600 caracteres com espaço. Artigos podem ser enviados para opiniao@gruposinos.com.br.

abc+
Mais artigos em
abcmas.com/opiniao